

FHC projeta uma década de crescimento

Wilson Pedrosa/AE-20/2/2001

Plano para fim de mandato prevê que o País chegará a 2010 com índices sociais positivos

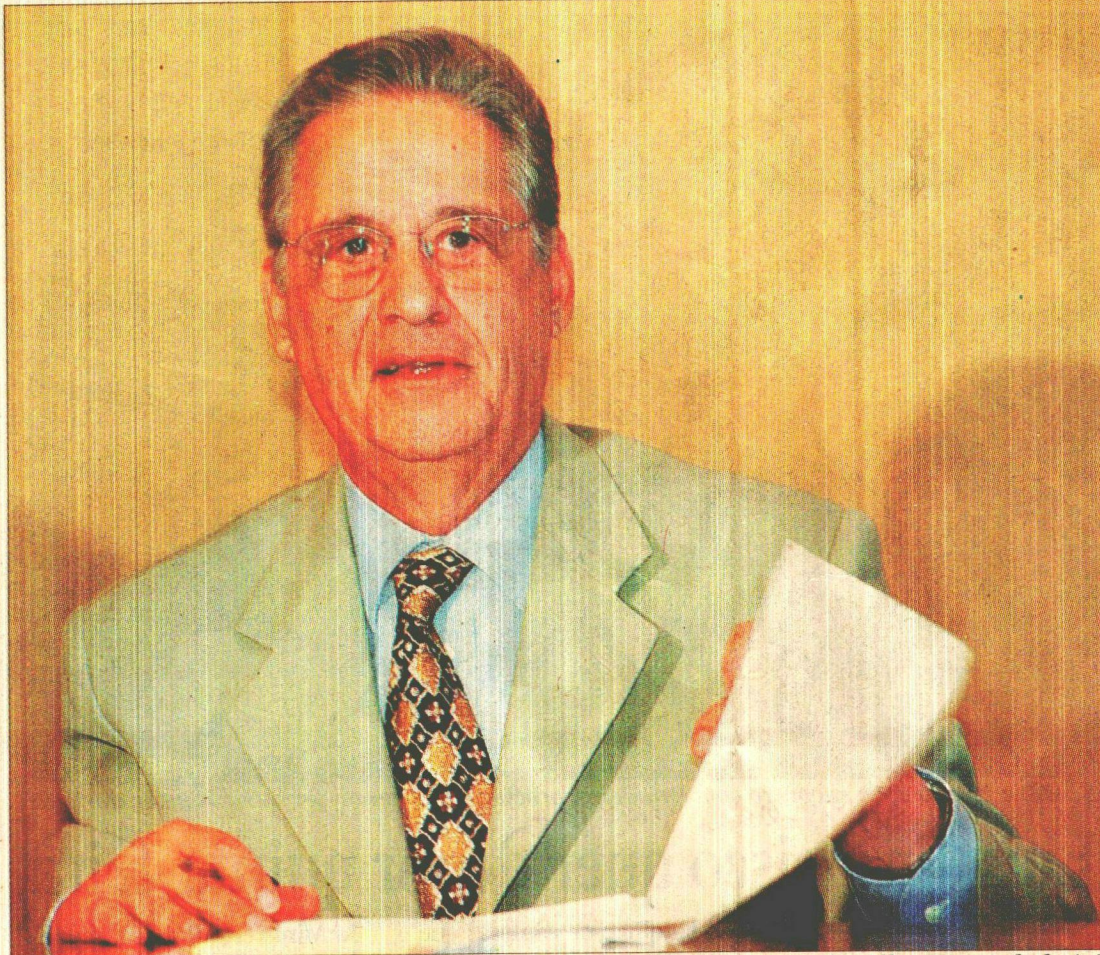
ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA – Nas oito páginas em que introduz o roteiro de ação do governo para este e para o próximo ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso desenha um país, em 2010, com índices extremamente positivos. Ele condiciona a materialização desse quadro, porém, à preservação da estabilidade política e econômica e à continuidade administrativa, cuja interrupção historicamente inviabiliza, no Brasil, a conquista de metas importantes. Além disso, o presidente propõe a adoção do sistema parlamentarista para 2006 – preservando o mandato de seu sucessor, durante o qual haveria a discussão sobre o assunto.

“O Brasil que o Censo de 2010 vai retratar será melhor que o de hoje e muito melhor que o de há oito anos”, diz o presidente, antes de projetar para o futuro índices com base no que ocorreu desde 1993.

Fernando Henrique afirma que entre os bons resultados obtidos na década passada, o País recuperou a capacidade de projetar o próprio futuro. Segundo escreveu no texto preliminar, que ainda ontem estava sendo corrigido e ao qual o **Estado** teve acesso com exclusividade, “há oito anos, com um governo desmoteado, um Estado falido e uma sociedade acuada pela inflação galopante, poucos brasileiros se animariam a fazer planos para além dos próximos 30 dias”.

Certo de que hoje é possível pensar como será o País nos próximos dez anos, em um cenário que considera “favorável, mas de modo algum fantasista”, o presidente fixa duas condições básicas para a construção de uma nova realidade: que a economia brasileira consiga sustentar, ao longo de to-



Fernando Henrique: “O Brasil que o Censo de 2010 vai retratar será melhor que o de hoje”

da a década, crescimento como o previsto para este ano, de algo em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e o crescimento continue, pela ampliação e pelo aprimoramento das políticas de inclusão social do atual governo. Na sua visão, tal cenário é compatível com os resultados conseguidos por outros países emergentes mais ou menos no mesmo prazo e, principalmente, “é compatível com a evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do próprio Brasil desde 1993”.

A partir desse contexto teórico, Fernando Henrique projeta uma renda familiar per capita de R\$ 500 – era de R\$ 200 em 1993. Na seqüência, afirma que a pobreza absoluta estará reduzida a 10% da população, contra um terço da população em 1993, e a mortalidade infantil estará abaixo de 20 crianças

por mil nascimentos, menos da metade da taxa observada na década passada. Também prevê que o analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos será próximo de zero, contra 20% em 1993, a proporção de jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio terá ultrapassado os 60%, o dobro da de 1993, e as crianças de 5 anos terão expectativa de chegar à idade adulta com, em média, 12 anos de escolaridade, contra menos de 8 anos em 1993.

Foco e perspectiva – O presidente sublinha, em sua mensagem, que o programa de ação que está propondo “não é um novo plano de governo” e sim “um termo de referência para o debate político” O propósito da “Agenda 2000-2001”, que ele deseja transformar em uma espécie de “vade-mécum” do governo, “é dar mais

foco e perspectiva à percepção da sociedade, dos partidos e do próprio governo” sobre a agenda da segunda metade de seu segundo mandato.

O documento destaca as ações que o governo considera essenciais para que o biênio 2001-2002 consolide e potencialize os avanços conseguidos no campo do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Além disso, procura atualizar a visão do governo sobre as condições de estabilidade política e econômica que “foram e continuarão sendo fundamentais para as perspectivas de desenvolvimento com inclusão”.

Além disso, o presidente observa que, com a expansão anual do PIB de pelo menos

4,5% em 2001 e 2002, a economia brasileira terá obtido um crescimento real de mais de 40% em dez anos, sem nenhum ano de queda do PIB. Conforme o texto, desde o fim dos anos 40, o País não experimentava uma fase semelhante de crescimento contínuo com inflação sob controle. “A perspectiva, inédita, para os próximos anos, é de manutenção de taxas de crescimento real superiores às taxas de inflação.”

A estabilidade política é considerada pelo presidente como uma condição “fundamental para os bons resultados nos campos econômico e social” obtidos no seu período de governo. Para ele, a grande conquista da década passada “foi a consolidação do regime democrático e o restabelecimento das condições de governabilidade”. Fernando Henrique observa que isso foi possível “apesar das características institucionais desfavoráveis dos sistemas partidário e eleitoral”, na medida em que uma maioria congressual “estável tem permitido levar à frente um amplo programa de reformas, num clima de liberdade de opinião e

movimentação social raro em nossa história”.

Ao concluir, o presidente dirá que, “apesar da cegueira de certos críticos”, o Brasil está levando à frente “um verdadeiro projeto

nacional de desenvolvimento” e a reforma do Estado tornou-se um aspecto essencial desse projeto. “Ao invés de proceder ao desmonte do aparelho estatal sob inspiração dita ‘neoliberal’, remontamos o Estado brasileiro, para que ele voltasse a atuar com competência.”

■ *Mais informações sobre a proposta de Fernando Henrique de adoção do parlamentarismo na ‘Coluna do Estadão’, na página A6*

SUCESSO
DEPENDE DE
ESTABILIDADE
POLÍTICA